

ATA NÚMERO 92
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Pelágicos (Extra)
02 de junho de 2025
Via Zoom
12:00 - 13h00 (hora local) | Int: PT, FR, ESP

Introdução. Natureza da reunião

Às doze horas do dia dois de junho de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos, do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) via *Zoom*, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol.

A Secretária-geral informou que a reunião seria moderada pelo Sr. Pedro Capela (Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores), em representação da vice-presidência daquele Grupo de Trabalho. Afirmou que o secretariado tinha tentado agilizar a elaboração dos rascunhos das recomendações, especialmente no que dizia respeito às reuniões das Organizações Regionais de Gestão das Pescas (ORGP). Normalmente, solicitavam contributos por escrito aos membros e, com base neles, elaboram os rascunhos das recomendações. Quando não havia um rascunho inicial e o tema era muito relevante, o secretariado fazia um rascunho interno para posterior aprovação. Afirmou que no CCRUP, ainda não encontraram ainda uma solução eficaz para debater as recomendações *online*, devido a dificuldades com a interpretação pois sem a tradução adequada, nos três idiomas, tornava-se impossível conseguir conciliar as recomendações de forma eficaz e por isso, o secretariado, em conjunto com a Presidência, decidiu realizar aquela reunião, que servia apenas como uma consulta. Não se tratava de uma reunião de opiniões maioritárias ou minoritárias e que o objetivo era recolher o que cada membro gostaria que fosse discutido na próxima reunião anual do *International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas (ICCAT)*, em novembro. Reiterou que todas as opiniões seriam consideradas de igual forma e um rascunho seria elaborado em seguida, seguindo o processo escrito habitual, para aprovação nos três idiomas. A reunião apenas substituíra o e-mail de consulta inicial que normalmente enviam aos membros, pedindo as opiniões por escrito. Ou seja, naquela reunião, as opiniões seriam expressas oralmente e estavam a ser gravadas para, posteriormente, o rascunho ser redigido e seguir para

aprovação. Afirmou que gostaria que ficasse claro que o número de pessoas a dar opinião não interferia no valor das mesmas.

1. Sessão de boas-vindas pelo Vice-Presidente do Grupo de Trabalho - Sr. Pedro Capela (Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores - APASA);

O Sr. Pedro Capela cumprimentou os presentes e explicou que, no momento, o que poderia oferecer era apenas uma primeira contribuição, tendo em conta que costumava acompanhar as reuniões do ICCAT com regularidade. Considerava que o ponto principal da próxima reunião seria a avaliação do estado do setor, especialmente no que dizia respeito à redistribuição de quota do atum rabilo (*Thunnus thynnus*), um tema já discutido anteriormente. Relativamente ao atum patudo (*Thunnus obesus*) ainda ia ser conhecido o resultado da avaliação do estado das unidades populacionais. Abriu então a discussão a quem quisesse contribuir com recomendações ou questões de interesse, no que dizia respeito às regiões ultraperiféricas. Continuou afirmando que pela parte da APASA, era importante que o debate se concentrasse mais no atum rabilo, uma vez que era difícil fazer alterações no que dizia respeito ao atum patudo. Propôs então uma redação de uma recomendação relacionada com as capturas acidentais ou com a pesca dirigida. Afirmou que aquele seria, a seu ver, um ponto relevante para discutir e adiantou que tinha conhecimento que alguns colegas tinham questões relativamente à Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada (INN), assunto amplamente discutido no âmbito do ICCAT. Afirmou ainda que o CCRUP tinha trabalhado nalguns desses assuntos e por isso, lançou as duas propostas iniciais: atum rabilo e pesca INN.

A Secretária-geral afirmou que havia um assunto que tinha ficado por mencionar que era que o CCRUP, o *Long Distance Advisory Council* (LDAC), o *Mediterranean Advisory Council* (MEDAC) e o *South Western Waters Advisory Council* (CCSUL), já tinham preparado um rascunho de uma recomendação conjunta sobre temas transversais aos quatro Conselhos Consultivos e que um dos temas abordados era a pesca INN. Os membros dos grupos de trabalho de pelágicos estiveram envolvidos em duas recomendações distintas: uma recomendação conjunta, que tratava de temas transversais aos quatro conselhos consultivos e exigia opiniões sobre assuntos comuns a todos; e a recomendação que estavam a falar naquele dia que era específica, dirigida unicamente às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico, às suas águas e aos seus pescadores, sem necessidade de alinhamento com os restantes conselhos consultivos. Referiu que a recomendação

conjunta se encontrava sob avaliação da presidência dos grupos de trabalho e que, após aprovação, seria enviada para os quatro conselhos consultivos (com os quatro logótipos). Por sua vez, a segunda recomendação apresentaria apenas o logótipo do CCRUP, que assumiria a responsabilidade exclusiva pelo seu conteúdo. Foi questionado o que os participantes pensavam sobre as posições que tinham vindo a ser defendidas e quais as posições que deveriam ser mais reforçadas no âmbito do ICCAT, em particular no que dizia respeito às Regiões Ultraperiféricas.

A Sra. Anne-France Mattlet (Europêche) agradeceu também a organização da reunião, salientando que era realmente mais eficaz reunir todos em conjunto do que manter apenas trocas por escrito, considerando por isso aquela reunião muito positiva. Sugeriu, no entanto, que, numa próxima ocasião, fosse disponibilizada uma ordem de trabalhos mais detalhada, de forma a permitir uma melhor preparação por parte dos participantes. Em relação à reunião da ICCAT, referiu que, segundo informações da Europêche, a atenção estaria centrada no atum rabilo, não tendo, da parte da sua organização, observações específicas sobre essa espécie. Relativamente aos tunídeos tropicais, referiu que, em princípio, não haveria alterações previstas para aquele ano, uma vez que o tema não constava da ordem de trabalhos do ICCAT. Tal como já tinha sido mencionado pelo Sr. Pedro Capela, não havia desenvolvimentos adicionais sobre o atum patudo (*Thunnus obesus*) e que sendo assim, consideraram que não era necessário incluir qualquer referência a esse tema. No que respeita à recomendação Inter-CC, manifestou o desejo de obter mais informações, uma vez que o tema também tinha sido abordado no âmbito do LDAC. Segundo o que sabia, alguns comentários já teriam sido apresentados pelos secretariados; contudo, foi levantada a questão quanto à origem dessas observações, dado que os membros não tinham sido formalmente consultados. Sublinhou ainda que, na perspetiva de intervenção, seria mais apropriado recolher previamente a opinião dos membros antes de apresentar observações em nome do CCRUP em documentos com os restantes Conselhos Consultivos, caso contrário, isso poderia comprometer a legitimidade do processo junto dos membros, bem como dos presidentes e vice-presidentes dos grupos de trabalho.

A Secretária-Geral afirmou que os membros receberiam a proposta de recomendação conjunta redigidas pelos Secretários Executivos e que, naquela altura, ela se encontrava em avaliação pelos presidentes dos grupos de trabalho e pelo comité executivo, não estando nas mãos do secretariado.

O Sr. Pedro Capela afirmou que era importante ressaltar que o que seria dito naquela reunião não era vinculativo, que seriam apenas apresentados contributos para um

rascunho de recomendação.

A Secretária-geral afirmou que o que fosse discutido naquela reunião passaria a ser um rascunho de recomendação e que depois seria feita uma consulta escrita aos membros e que essa consulta é que seria vinculativa. A reunião servia para uma recolha de opiniões para o primeiro rascunho.

A Sra. Fabiana Nogueira (Cooperativa de Pesca Açoriana - CPA) afirmou que não tinham participado na última reunião do ICCAT, mas que tinham conhecimento de que se tinha abordado a situação do atum-bonito (*Katsuwantus pelamis*) e questionou se ele sabia se esse assunto voltaria a ser tratado, uma vez que, para efeitos de relatório — sobretudo da CPA —, tinham verificado que houve muitas capturas de bonito, quase a mesma quantidade que de patudo, e que, caso fosse estabelecida uma quota, sairiam prejudicados.

O Sr. Pedro Capela referiu que, todos os anos, na apresentação de cada painel, era feita uma exposição sobre o estado das unidades populacionais. Acrescentou que, na última reunião, que se começou a falar na possível introdução de um Total Admissível de Capturas (TAC) para o bonito, e que obviamente não seria de interesse. Sublinhou, no entanto, que se poderia dar início a uma recomendação no sentido de se começar a proteger a pesca do atum bonito, pela relevância que tinha — no caso dos Açores, para a indústria conserveira -, lembrando que a questão se insere no âmbito das Regiões Ultraperiféricas e apenas dos Açores, existindo certamente outras regiões que capturavam essa espécie. Em relação ao atum voador (*Thunnus alalunga*), referiu que tinha havido um aumento do TAC, pelo que todos deveriam estar satisfeitos com a quota atribuída e sublinhou, no entanto, que o patudo era a unidade populacional que gerava mais debate, pois era a que tinha maior interesse económico. Esclareceu que havia a percepção de que, mais cedo ou mais tarde, o atum bonito iria ter um TAC, e que a intenção seria evitar que tal acontecesse por enquanto, uma vez que o estado das unidades populacionais, ainda se encontrava em boas condições. Salientou que era necessário tentar evitar esta medida, dado que as quantidades disponíveis localmente, bem como as regras e modos de distribuição potencialmente aplicáveis, poderiam constituir um problema. Reconheceu, no entanto, que já existia um TAC de referência para o atum bonito, embora este não estivesse implementado, apenas referenciado.

O Sr. Pedro Melo (Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores) afirmou que tendo em conta que assistiram recentemente a um aumento do aparecimento do atum voador e do galha-à-ré (*Thunnus albacares*) se existiam algumas restrições regulamentares aplicáveis a essas duas espécies. Referiu que poderiam ser espécies com potencial para

compensar o decréscimo do atum patudo e ajudar a equilibrar o setor.

O Sr. Pedro Capela esclareceu que em relação ao atum voador, a quota tinha aumentado para 2.450 toneladas o que tinha sido um aumento substancial face ao que tinham anteriormente, que era cerca de 1.900 toneladas. Quanto ao galha-à-ré, manteve-se nas 110.000 toneladas nos últimos anos — e assim continuava. Não havia quota atribuída por país, havia sim um TAC para o Atlântico e não havia perspetiva de aumento desse TAC. A tendência era para a manutenção, devido à questão da captura de juvenis, sobretudo quando ocorre em conjunto com o atum patudo, por isso, não se esperavam grandes alterações em relação ao galha-à-ré. Relativamente ao voador, Portugal passou a contar com uma quota de 2.452,65 toneladas.

A Sra. Anne-France Mattlet afirmou que o ICCAT encontrava-se a desenvolver uma proposta de recomendação multiespécie, com base numa avaliação *Management Strategy Evaluation* (MSE). O objetivo, a longo prazo, era alcançar uma posição única e coerente relativamente às três espécies de atuns tropicais: o bonito, o patudo e o galha-à-ré. Considerava-se que estas espécies estavam relacionadas, e a Europêche, apoiou esse processo desde o início. Defendiam que essa era a abordagem correta, precisamente porque o interesse da gestão multiespécie residia em evitar que as quotas fossem definidas de forma isolada, espécie a espécie, sem ter em conta a realidade das pescarias mistas. Ao avançar com o modelo multiespécie, procurava-se evitar situações em que a limitação na captura de uma espécie impedisse a continuação da atividade piscatória. Nesse sentido, afirmou que consideravam que propor uma quota isolada para o bonito, como tinha sido sugerido, poderia não ser o caminho mais adequado. Essa decisão deveria ser enquadrada no contexto das três espécies tropicais e deveria ter em conta, no âmbito desta abordagem multiespécie, a realidade das pescarias da União Europeia, precisamente para evitar as quotas para o atum bonito.

O Sr. Felipe Fuentes (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife*) tentou intervir, mas por ter fraca conexão de internet, não conseguiu.

O Sr. Bruno Dachicourt (*European Transport Workers Federation*) questionou a Sra. Anne France Mattlet, sobre a avaliação conjunta das três espécies. Questionou se não existiria o risco de que, caso uma das espécies não estivesse a evoluir positivamente, isso pudesse ter um impacto negativo sobre as três, acabando por afetar também outras espécies. Reconheceu o interesse de integrar a avaliação das três espécies num único processo, mas sublinhou que era importante estarem atentos aos riscos, ou seja, se uma das espécies estivesse em situação desfavorável, poderia comprometer também as que estivessem a

apresentar melhores resultados.

A Sra. Anne-France Mattlet informou que aquelas eram precisamente as dúvidas da Europêche. O que tinha sido decidido até ao momento, no seio do ICCAT, era que o processo de avaliação multiespécie seguiria o seu curso, com a preparação de uma proposta de avaliação conjunta para as três espécies tropicais. Essa decisão estava tomada e não era reversível naquele momento, uma vez que o Comité Científico já tinha validado o processo, no entanto, podiam insistir para que, no final o resultado fosse um conjunto de quotas equilibradas. Afirmou ainda que era importante recordar que apoiavam aquela proposta multiespécie, mas sempre com o pressuposto de que seriam respeitadas as capacidades de pesca das frotas europeias. O objetivo seria evitar situações de bloqueio resultantes da escassez de quota de uma única espécie, assegurando que o alinhamento entre espécies se fizesse através de um equilíbrio entre as três. Foi também abordada uma segunda questão relacionada com aquele processo multiespécie: a unidade populacional de bonito encontrava-se atualmente em fase de avaliação, e sabia-se que o *Standing Committee on Research and Statistics* (SCRS) pretendia propor quotas para aquela espécie. No entanto, manifestou discordância em avançar já com aquela proposta, uma vez que a unidade populacional se encontrava em bom estado e decorria, em simultâneo, o desenvolvimento da referida proposta multiespécie. Por esse motivo, ainda que se reconhecesse que o modelo multiespécie já tinha sido aprovado, a intenção seria solicitar à Comissão Europeia que evitasse, por agora, o estabelecimento de quotas individuais adicionais para o bonito.

O Sr. Pedro Capela dirigiu-se ao Sr. Felipe Fuentes e afirmou que achava que o que ele queria referir era a possibilidade das RUPs poderem negociar diretamente fora da União Europeia.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que gostaria que se voltasse a incluir, no rascunho de recomendação, uma referência ao [artigo 17 da Política Comum das Pescas](#) (PCP). Na sua perspetiva, era absolutamente essencial, tendo em conta a especificidade da atividade de pesca do atum patudo e que não era de todo aceitável que algumas regiões, como era o caso dos Açores, tendo capacidade e interesse em exercer a atividade de pesca, se visse impedida de o fazer por falta de quota disponível — enquanto, simultaneamente, existiam outros Estados-Membros com quota atribuída que não a utilizavam nem a cediam a outros países. Informou que aquele era um claro exemplo da falta de aplicação de um princípio de solidariedade, que, do seu ponto de vista, não estava verdadeiramente ativo e que a União Europeia deveria considerar com maior atenção. Relativamente ao que a Sra. Anne-France

Mattlet referiu sobre a abordagem multiespécie, admitiu não ter muita informação sobre o tema, mas que levantava uma preocupação relacionada com a especificidade regional da atividade extrativa. Questionou se essa abordagem multiespécie — ao integrar o bonito, o voador e o galha-à-ré — não poderia acabar por penalizar ainda mais realidades como a dos Açores, com características singulares. Por isso, considerou ser necessário trabalhar mais sobre aquela questão, promovendo e divulgando melhor a informação junto das regiões interessadas.

O Sr. Leonárd Ragnauth afirmou que estava satisfeito com aquela reunião e queria reforçar as palavras do Sr. Jorge Gonçalves, nomeadamente quanto à questão da quota global atribuída a cada território e recordou que existiam territórios que se encontravam claramente desfavorecidos em termos de quota, como no seu caso, na Guyane francesa onde isso tinha sido evidente no ano anterior. Informou também que desde 2023, tinham apresentado três pedidos formais de quota e realizaram três campanhas de pesca experimental, com o objetivo de poderem explorar os seus recursos de forma adequada.

A Sra. Anne-France Mattlet, fez questão de salientar que o artigo 17 da Política Comum das Pescas se aplicava aos Estados-Membros. Da parte do Europêche, a interpretação sempre foi a de que a aplicação do artigo 17 dizia respeito exclusivamente aos Estados-Membros, e não ao própria ICCAT.

O Sr. Felipe Fuentes alertou para a problemática da pesca ilegal nas Canárias, onde continuavam a enfrentar sérios problemas entre a pesca recreativa e a pesca artesanal, inclusive, registaram-se várias situações em que embarcações de pesca recreativa invadiram zonas reservadas à pesca artesanal, perturbando a atividade dos pescadores profissionais ao afugentar ou tentar atrair o atum para longe das suas áreas de captura, com o objetivo de se apropriarem desses recursos — algo completamente ilegal.

A Sra. Lisandra Sousa (Coopescamadeira) afirmou que considerava que deviam continuar a apostar, sem dúvida, na solicitação do aumento da quota de atum patudo, reiterando os argumentos que já tinham apresentado em praticamente todas as reuniões: a importância de considerar o histórico de capturas das duas regiões — Madeira e Açores —, a sustentabilidade desta pescaria nas referidas regiões, o tipo de arte de pesca utilizada, e ainda as condições ambientais, que também influenciavam significativamente nas capturas. Assinalou ainda que, este ano, estavam a assistir a algo que não era comum nos anos anteriores: a escassez de isco vivo para a captura do atum patudo, o que estava a afetar diretamente a operação das frotas. Quanto ao atum rabilo, referiu que já existiam diversas regras em vigor, bem conhecidas pelos armadores e pescadores e que estas eram geralmente

cumpridas. Assim, o cenário ideal era não haver uma redução da quota. Relativamente ao atum bonito, manifestou concordância com o que tinha sido dito anteriormente pela Sra. Fabiana Nogueira e pelo Sr. Pedro Capela: antes de se passar da intenção de imposição de uma quota, era fundamental escrever uma recomendação clara sobre a importância daquela espécie para as regiões. No caso dos Açores, por exemplo, o bonito era fundamental para a indústria conserveira, e uma eventual quota poderia ter um impacto económico significativo. Por fim, questionou se caso viesse mesmo a ser estabelecida uma quota para o bonito, qual o possível volume.

A Sra. Fabiana Nogueira questionou se a proposta multiespécie era a mesma do procedimento que tinha sido feito para o espadarte (*Xiphias gladius*).

O Sr. Pedro Capela afirmou que o que estava a ser discutido dizia respeito à gestão multiespécie. Uma coisa era haver trocas dentro da mesma espécie, como já aconteceu com o atum voador do Norte e o voador do Sul. No entanto, o que a Sra. Anne-France Mattlet tinha trazido para a discussão era algo diferente: uma gestão conjunta de várias espécies, ou seja, um verdadeiro modelo multiespécie. Afirmou também que aquela ideia já tinha sido falada há alguns anos — nomeadamente no contexto dos Açores — e que o Sr. Luís Rodrigues (Lotaçor) se devia lembrar disso. Na altura, discutiu-se a possibilidade de implementar uma gestão multiespecífica, e agora parecia que essa ideia tinha voltado a estar em cima da mesa, em fase de estudo e eventual publicação, abrangendo espécies como o voador, o patudo, o galha-à-ré e o bonito, entre outras, que passariam a ser geridas de forma conjunta, no entanto, mencionou que ainda não estava totalmente a par dos detalhes daquela proposta. Comprometeu-se a informar-se melhor e, caso viesse a ter acesso a dados mais concretos, partilhá-los com todos. Quanto ao espadarte, o que estava a ser equacionado estava relacionado com uma gestão separada entre espadarte do Norte e do Sul, tal como já tinha sucedido anteriormente com o voador, ou seja, no caso do espadarte, não se tratava de uma abordagem multiespécie, mas sim de uma diferenciação geográfica dentro da mesma espécie.

O Sr. Pedro Capela comentou que tinha registado os contributos que tinham sido dados ao longo da reunião e que ele próprio contribuiu com uma intervenção sobre o rabalo. Informou que o Sr. Felipe Fuentes já tinha igualmente intervindo, alertando para a pesca INN e com a concorrência desleal da pesca recreativa face à pesca artesanal; O Sr. Jorge Gonçalves tinha a questão do artigo 17 da PCP, e a Sra. Lisandra Sousa reforçou algumas das situações já referidas, acrescentando ainda a questão do aumento da quota do atum patudo.

O Sr. Luís Rodrigues afirmou que gostaria de começar por felicitar o secretariado pela realização da reunião. Era a primeira vez que estava a representar a Lotaçor, e por isso, deixava o seu agradecimento. Considerou que era inevitável passarem a ter uma quota do bonito, uma vez que os últimos encontros da ICCAT já indicavam essa tendência, nomeadamente no que dizia respeito ao bonito do Atlântico Oeste. Antevia, por isso, que mais cedo ou mais tarde, também teriam de lidar com a criação de um TAC e, subsequentemente, com quotas para o bonito. Afirmou que não dispunha de informação suficiente para emitir uma opinião fundamentada, mas colocava a questão: até que ponto os Conselhos Consultivo para as RUP, numa situação em que viesse a ser criado um TAC, poderiam reivindicar um modelo de distribuição diferente, que não assentasse exclusivamente no histórico de capturas. Sobre a gestão multiespécie, afirmou que achava que se tratava de algo semelhante ao que já se aplicava noutras espécies, ou seja, uma quota conjunta para várias espécies. No que respeitava à possibilidade de atribuir uma quota específica às RUP, reconheceu que se tratava de uma questão pertinente, no entanto, conforme tinha salientado o Sr. Jorge Gonçalves, a invocação do artigo 17 da PCP, apesar de decorrer da própria Política Comum das Pescas, que se revelava contraditória, uma vez que colidia com o princípio da estabilidade relativa. Este princípio, invariavelmente presente nas discussões sobre as possibilidades de pesca, nem sempre se conciliava com os fundamentos essenciais da PCP. Relativamente ao impacto da pesca recreativa, considerava que era necessário algum cuidado na forma como se abordava essa questão e que compreendia a preocupação expressa pelo Sr. Felipe Fuentes, mas, pelo menos no contexto das RUPs, para algumas espécies, a pesca recreativa poderia acabar por ser contabilizada dentro da quota profissional, o que representava um risco. Afirmou ainda que poderiam estar a abrir espaço para que as capturas de pesca recreativa de espécies como o patudo ou o voador passassem a ser descontadas da quota profissional e por isso, reiterava a necessidade de discussão cuidadosa daquela matéria, tanto no seio da Comissão Europeia como no ICCAT, para evitar consequências indesejadas. Por fim, deixou claro que a sua intervenção era feita na qualidade de representante da Lotaçor, entidade que, não sendo produtora nem comercializadora de pescado, operava numa posição de interface, ainda assim, sublinhou que qualquer medida que implicasse restrições à pesca de atum teria, naturalmente, um impacto direto na Lotaçor, uma vez que beneficiavam das taxas aplicadas ao peixe descarregado nos portos, logo, qualquer redução nas descargas teria consequências significativas na estabilidade económica da empresa.

O Sr. Jorge Gonçalves afirmou que, já se vinha a falar da possibilidade de atribuir

um TAC ao atum bonito havia algum tempo e que essa questão foi sendo levantada com mais insistência, sobretudo após a transferência de embarcações cercadoras do Índico e do Pacífico para o Atlântico, o que originou alterações no esforço de pesca e no equilíbrio entre frotas. Afirmou que era cada vez mais provável a implementação de um TAC para aquela espécie e, essa medida acabaria por avançar. Referiu que era essencial salvaguardar o interesse das regiões ultraperiféricas, que operavam com frotas não industriais, com características muito distintas das grandes frotas de cerco, e que por isso deveriam ser tratadas com especial atenção. Considerou que se corria o risco de criar sérios problemas a estas pequenas regiões, onde a migração do atum era altamente variável, sendo influenciada por fatores como as alterações climáticas, que afetavam significativamente a presença do recurso nas suas zonas de pesca. Era então fundamental ter muito cuidado na forma como se desenhava aquele modelo de gestão, garantindo que as RUPs fossem devidamente protegidas e que as especificidades da sua pesca fossem reconhecidas. Sublinhou ainda que os Açores era uma das poucas regiões ultraperiféricas que mantinham ativa a indústria de transformação de atum, o que representava não só uma mais-valia económica, mas também um elemento essencial para a manutenção de postos de trabalho e da própria atividade piscatória. Por isso, tudo o que viesse a ser decidido naquela matéria teria de ser muito bem ponderado e trabalhado, de forma a não criar uma situação delicada ou insustentável para aquelas regiões que, na prática, dependiam exclusivamente daqueles recursos para garantir a sua atividade profissional e económica.

O Sr. Pedro Capela perguntou se mais alguém tinha alguma questão que quisesse colocar. Caso contrário, sugeriu que dessem por encerrados os trabalhos. Voltou a reforçar que tudo o que tinha sido discutido naquela reunião seria posteriormente compilado num rascunho, que seria enviado aos membros, para que cada um pudesse partilhar por escrito os seus comentários ou sugestões.

Resumo: Discutiu-se principalmente a redistribuição das quotas do atum rabilo e a avaliação do estado do atum patudo, destacando a necessidade de concentrar esforços no primeiro devido à dificuldade de alterações no segundo. Também foi abordada a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, bem como a importância de preparar recomendações específicas para as Regiões Ultraperiféricas, considerando as suas realidades particulares. Foi referido que já existia uma recomendação conjunta entre vários conselhos consultivos sobre temas transversais, incluindo a pesca INN, e que, paralelamente, se preparava um documento específico para as RUPs. Destacaram-se as

preocupações com a possível criação de uma quota para o atum-bonito, considerada prejudicial para as regiões ultraperiféricas devido à importância económica desta espécie. Debateu-se também a gestão multiespécie, que propunha tratar conjuntamente o bonito, o patudo e o galha-à-ré, e as implicações dessa abordagem para as frotas regionais. Foram levantadas dúvidas sobre os riscos desta gestão penalizar regiões com características próprias e sobre a necessidade de aplicar o artigo 17 da Política Comum das Pescas, de modo a assegurar uma distribuição mais justa das quotas. Por fim, foi salientada a importância de proteger as pescas tradicionais das RUP, o impacto da pesca recreativa sobre a profissional e a necessidade de garantir estabilidade económica às comunidades dependentes do setor. Concordou-se que todas as ideias seriam reunidas num rascunho de recomendação, a ser posteriormente revisto e validado pelos membros antes do envio oficial.

3. Outros assuntos

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. ND.

Lista de participantes:

Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza	Mercedes García
Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores	Pedro Capela
Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores	Jorge Gonçalves
Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores	Pedro Melo
Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane	Léonard Ragnauth
Cooperativa de Pesca Açoriana	Fabiana Nogueira
Coopescamadeira	Lisandra Sousa
European Transport Workers Federation	Bruno Dachicourt
Europêche	Anne-France Mattlet
Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife	Felipe Fuentes
Lotaçor	Luís Rodrigues
Sciaena	Nicolas Blanc
Trans Océans Tortues Marines	Michel Nalovic